

Ibama proíbe ocupação de assentamento

Instituto do Meio Ambiente enviou documento ao Ministério Público alertando perigo de assentar famílias próximo ao Parque Nacional

Fabiana Tahan

Da equipe do **Correio**

Uma briga. Dois lados. No meio da batalha, 142 famílias do assentamento 26 de Setembro, próximo à estrada para Brasília (DF-001), aguardam a solução de um impasse há quatorze dias. Nesse tempo, impedidas de plantar, podem perder a época adequada para colocar a semente na terra. Ficam obrigadas a esperar.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) embargou a área — conhecida como Pró-Flora III — no último dia 22, sob a alegação de que ali é um local de proteção ambiental. A Secretaria de Agricultura, por iniciativa da Fundação Zoobotânica, retrucou e no dia seguinte entrou com uma ação cautelar na Justiça Federal. A liminar para sustar o embargo foi negada.

O Ibama deu mais uma cartada ontem. O órgão enviou ao Ministério Público documentos que mostram que o Pró-Flora fica na cabeceira do Córrego Bananal, o que pode comprometer o abastecimento de água no Distrito Federal.

Nessa área fica parte importante da bacia de drenagem da Barragem de Santa Maria, responsável pelo fornecimento de água ao Plano Piloto, Lago Norte e redondezas. Assim como qualquer manancial no Brasil, está sob proteção do Ibama.

Ainda segundo os documentos, a ocupação deve ficar até 10 Km distante do Parque Nacional, o que não acontece com o Pró-Flora. “O que torna mais preocupante nesse caso é que o acampamento é limítrofe com o parque”, assegura o superintendente do Ibama no Distrito Federal, Salviano Guimarães.

RECEIO

“O Regulamento dos Parques Nacionais, aprovado em decreto de 1979, prevê que qualquer ocupação ou obra em locais próximos às áreas de proteção ambiental devem ser autorizadas pelo Ibama”, explica Salviano.

Na opinião do superintendente, existe uma contradição do governo em relação aos invasores da Estrutural e ao assentamento das famílias sem-terra. Os dois locais ficam próximos e são separados apenas pelo córrego Vicente Pires. “Nós sabemos que o governo está fazendo um esforço enorme para tirar o pessoal da Estrutural. Não dá para entender porque querem assentar essas famílias ao lado de um lugar que é considerado problemático pelo próprio governo”, diz.

Salviano alerta que a proximidade do assentamento com a Estrutural pode causar um inchaço no acampamento. “Tenho informações de que mais 360 famílias serão assentadas naquela região. Serão no mínimo 2,5 mil pessoas, fora os aproveitadores que vão chegar ali.”

Ele acredita que o número de habitantes no assentamento pode se tornar incontável porque o lugar é próximo à áreas urbanas — Taguatinga, Guará e Ceilândia — e assim perderá as características de zona rural. “Corre um risco enorme de se tornar um assentamento urbano, já que fica próximo à zonas habitadas, cidades e da invasão da Estrutural”, aponta.

MÁ VONTADE

Para o secretário de Agricultura, João Luis Homem de Carvalho, o que acontece é justamente o contrário. “Não existe maior preocupação nossa do que a questão ambiental. Esse assentamento fica tão perto do parque como qualquer outro. Assentamos esses agricultores na área justamente para evitar que se transformasse em invasões urbanas, para não deixar a área vulnerável”, explica.

O secretário diz que todo o programa do assentamento é ecologicamente viável e economicamente sustentável. Cada uma das 142 famílias vai receber treinamento para plantar, irrigar e produzir alimentos. “Conversamos com o pessoal do Parque Nacional, e eles têm a mesma opinião que a secretaria, de que dá para fazer uma ocupação rural ali sem comprometer o meio ambiente. E que os assentados podem proteger a área de invasores.”

Ele desmente a versão do superintendente do Ibama de que a secretaria pretende assentar mais 360 famílias no Pró-Flora. “É uma mentira. Dividimos a área em 142 chácaras de 6 hectares e temos uma preocupação ambiental e social”, defende. “Isso nunca passou pela nossa cabeça. Estamos batalhando empregos e ocupação para essas famílias. Queremos dar condições de vida para os assentados.”

Carvalho acredita que a questão é muito mais política do que ecológica. “Enquanto o superintendente exercia outras atividades, eu já era ecologista. Não vai ser a secretaria que vai ferir a questão ambiental”, diz. “Agora estamos no período das chuvas. Se as famílias não plantarem estão perdidas porque vão passar fome. É muita falta de sensibilidade e má vontade em relação a um programa sério.”